

MEMÓRIA E TERRITÓRIO – INTERFACES: BREVE ENSAIO-MANIFESTO A RESPEITO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E RETERRITORIALIZAÇÃO NA COLEÇÃO VIDAS PRAIANAS

Alexandre Leocádio Santana Neto¹

GT 4 – Patrimônio, Governança e Abordagem Territorial do Desenvolvimento

Resumo

Em Matinhos, litoral do Paraná, por meio da oralidade e de registros biográficos, uma série de livros intitulada Coleção Vidas Praianas tem lançado luz aos munícipes da cidade para demonstrar a relevância de seus próprios moradores na constituição de um sentimento de pertencimento local. O presente artigo tem como objetivo, aproximar, num esforço interdisciplinar, o conceito de consciência crítico-genética da área da Educação Histórica, com autores ocupados em definir e entender o território e os conceitos que dele derivam, sobretudo na Geografia, para avaliar a potencialidade do resgate memorial como um elemento legítimo de reterritorialização. Parte-se da seguinte problemática: tendo na memória um processo de resistência contra o apagamento histórico-cultural-social do município em questão, a Coleção Vidas Praianas seria de fato um elemento colaborativo para efetivação de um processo de reterritorialização? Nesta perspectiva, ao menos em tese, tão importante quanto às narrativas memoriais, é a busca por indícios capazes de consubstanciar, na referida coleção, uma noção de pertencimento que se circunscreva no aspecto da territorialidade.

Palavras-chave: Coleção Vidas Praianas; Memória; Território; Consciência Histórica; Territorialidade.

¹ Graduado em História pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná; Doutorando pelo Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR (orientador, Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet). Agente Cultural reconhecido pela Política Nacional Aldir Blanc (2024) pela sua relevante produção artístico e cultural no Matinhos-PR, Brasil. Email: professoralexandreleocadio@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0021-4669

1 INTRODUÇÃO

Transgredindo sutilmente o decoro acadêmico para esse tipo de escrito, peço licença para um breve preambulo, inserindo-o nesta introdução...

Quando eu era criança (idos dos anos 1980) um dilema assolava a muitos brasileiros: “*Tostines vendia mais porque era fresquinho, ou era fresquinho porque vendia mais?*”

Quem já passou da casa dos quarenta anos, certamente, vai se recordar dessa genial campanha publicitária que durante alguns anos permaneceu no imaginário popular, consagrando-se como um axioma que transcendeu o consumo de bolacha (e não biscoito) de modo a servir a qualquer circunstância que suscitasse um dilema aparente. Presumo que esse tipo de *case* de sucesso é o sonho de todo publicitário, mesmo daqueles que “não são uma Brastemp”, entende?

Retórica a parte e sem *spoiler*, pois é algo que pretendo deixar em aberto, convindo você leitor ou leitora, a manter em sua mente durante o transcorrer desta leitura, a seguinte questão: a *memória* produz reterritorialização² ou seria a *reterritorialização* que produz a memória?

Findada a leitura, tire a sua própria conclusão, combinado? Em relação ao Tostines, é bom que se diga, nunca encontrei uma resposta capaz de me convencer. Segue a introdução...

De acordo com Burke (2008, p.10) o “[...] terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, [...] podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana [...]”. As análises aqui apresentadas terão uma íntima relação com o universo simbólico (pessoas e suas memórias) que abrange o dia a dia dos moradores de Matinhos, município litorâneo do estado do Paraná. A cotejar autores das áreas de História, Educação e Geografia, intenciono estabelecer uma linha de raciocínio minimamente coerente entre

² De acordo com Saquet (2018, p.483) o “[...] processo histórico também é geográfico (e vice-versa), num amplo movimento de desterritorialização e reterritorialização: na desterritorialização, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1978, 1984) e, na reterritorialização, ocorre a reprodução dos elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. Acontece outra (i)materialização, com rupturas e continuidades, muito bem expressa numa das afirmações de Deleuze e Guattari (1976 [1972]), quando afirma que o capitalismo reterritorializa constantemente o que desterritorializa”.

dois conceitos considerados aqui estruturantes, polissêmicos, multifacetados, quiçá movediços – memória e território.

O propósito será elucubrar sobre o conceito de reterritorialização a partir de uma ideia de consciência histórica crítico-genética e de uma noção de territorialidade conforme será delineado na fundamentação teórica deste trabalho.

Em primeiro lugar, faz-se necessário um esforço de contextualizações: uma relacionada ao próprio município em questão, a partir de um olhar empírico de fluxo temporal presente-passado-futuro e que me coloca na dupla condição de habitante/pesquisador cuja ancestralidade local remonta ao século XIX, ou seja, pelo menos do bisavô paterno em diante, encontra-se o DNA da minha família na cidade em questão; outra contextualização, também de cunho pessoal, porém, enquanto autor, está relacionada à coleção bibliográfica que irei descortinar no percurso metodológico deste ensaio - a denominada Coleção Vidas Praianas. Assim sendo...

De acordo com Estades (2003, p. 27), o litoral paranaense é constituído por sete municípios que

[...] representa apenas 3% da superfície do Paraná. Por sua vez, o tamanho dos municípios é bastante desigual, sendo Matinhos o menor, 70 com 111,5 km² (2% do total); e o maior, Guaraqueçaba, com 2.159,3 km² (35% do total). Até meados do século XVII, a área total pertencia ao estado de São Paulo, tendo-se desmembrado como uma unidade administrativa, sob o nome de Paranaguá, em 1648. Os municípios atuais restantes foram se desprendendo de Paranaguá, sendo que Antonina e Morretes o fizeram em meados do século XIX e os demais, no século XX.

Em termos de formação do território do estado do Paraná, importa ilustrar ainda que a

[...] ocupação do solo, intensa em todo o território paranaense, fez com que da cobertura vegetal originária restassem apenas algumas áreas preservadas em parques ou associada à presença de cursos de água (matas ciliares). A colonização, as rodovias e ferrovias [...] foram responsáveis pela transformação acelerada da paisagem. (Santo Jr. e Silveira, 2007, p.14).

Sem dúvidas o litoral do Paraná se enquadra nesta realidade. O fácil acesso à região intensificou o fluxo sazonal ao longo dos anos, potencializando os impactos

ambientais bem como as dinâmicas sociais e processos de aculturação. Condição que podemos constatar em seu perfil demográfico, uma vez que este

[...] não se limita à população permanente. A afluência de turistas, particularmente nos municípios praianos, constitui um fenômeno importante que tem lugar durante o ano todo, mas que se concentra no verão e se intensifica nas festas de fim de ano e Carnaval” (Estades, 2003, p.27).

Nos últimos anos, sobretudo com a finalização das obras de engorda da praia e revitalização da orla, o fluxo populacional, de fato, tem se distribuído ao longo de todo ano, basta um final de semana ensolarado. Também se nota facilmente, mesmo que em análise perfunctória, que cada vez mais as pessoas idosas engrossam o topo da pirâmide etária da população local³. Tamanho dinamismo, tem levado o município a um número contundente de discrepâncias em sua órbita histórico-cultural.

De todas elas, a que mais me salta aos olhos é a polêmica em volta da restinga, ecossistema que tem sido alvo de muitos moradores, contrários a permanência desse tipo de vegetação na beira da praia. O argumento que reforça as opiniões de populares (e de autoridades municipais também) pelas redes sociais a fora, é de que criminosos se valem da restinga para cometer delitos e evadirem do local impunes, “camuflados” pela vegetação. Portanto, trata-se, na verdade, de um problema de segurança pública, que deve ser combatido por vias que não sejam a erradicação da vegetação de referência da nossa paisagem. Tão referência que deu origem a principal identidade local, ou seja, o nome do município. Ou seja, discrepância maior, dentre tantas, não há!

Na minha experiência como habitante que passou por vários ciclos da municipalidade, sempre constatei em grande parcela da coletividade local, uma espécie de rejeição à cidade, uma qualidade de morador incapaz de se perceber integrado ao lugar, colocando não a si mesmo, mas a própria localidade numa condição de ostracismo (!?). Em outras palavras, um despertencimento voluntário e, portanto, descompromissado em cuidar da cidade. Nas palavras de Milton Santos, “[...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (2006, p.222).

³ De acordo com o IBGE (2021), a população fixa do município é estimada em 35.705 habitantes.

Essa alienação e falta de zelo pelo local (ao menos naquilo que sou capaz de bispar) incomoda-me desde os tempos do dilema de Tostines, ou seja, vem de longe. Serviu-me de motor na vida adulta enquanto educador ambiental na virada da década de 1990 aos anos 2000. Nesta mesma época, esse incômodo foi reforçado quando passei a ouvir a extinta banda local denominada Entrudo, uma espécie de Chico Science e Nação Zumbi sem maracatu, mas com fandango batido, a demonstrar uma forma de pertencimento unindo elementos sonoros contemporâneos e tradicionais. Esse meu olhar perpassou pela minha experiência no magistério, como músico e escritor, a culminar, após essa longa trajetória, na idealização da Coleção Vidas Praianas (2023).

Com três volumes já publicados e previsão de dez ao total, a referida coleção pauta por uma ressignificação do papel dos sujeitos matinhenses e, conseqüentemente, do meu próprio olhar autóctone em busca, agora, de validação acadêmica. O volume I (2023) é sobre o primeiro surfista profissional do estado do Paraná nos idos de 1980 – Jamil Gonçalves; o volume II (2023) é sobre o professor Manoel, profissional da Educação Física de grande relevância a diversas gerações de estudantes/atletas locais, atuante na década de 1980 até os anos 2000; e o volume III (2024) é sobre o pioneirismo das bandas de música autoral da cidade no início da década de 1990, período que encontra o seu apogeu justamente com a já reverenciada banda Entrudo (1999).

Exceção feita ao professor Manoel, os sujeitos que participaram como autores/objetos de estudo estão todos vivos, uma vez que o enfoque está nas memórias vivas, aquelas que são ditas em primeira pessoa. Metodologicamente, cada volume se constrói a partir da inquirição de três polos (o próprio homenageado, seus contemporâneos e um grupo que não vivenciou o contexto pesquisado, mas que tem relação com a temática que se ressalta nas obras). Por exemplo, no volume I entrevistei alunos secundaristas praticantes de *surf*. Pude aferir no estudo exploratório que nenhum deles sabia da existência do pioneiro da modalidade do nosso estado, o que por si só, justificou a necessidade de registrar/preservar à posteridade, a vida e obra de Jamil Gonçalves.

O acolhimento e a aceitação desta iniciativa, fazem-me crer que ela tem cumprido um sentido de (auto) valorização dos moradores locais, de fato, uma das bases do meu esforço, apesar de ainda não ter atingido o grande público e o segmento acadêmico, mantendo-se restrito aos grupos que foram submetidos à pesquisa.

Um aspecto é considerado relevante e está no foco desta iniciativa – o amalgama formado entre as pessoas e o lugar onde elas habitam – o que defenderei como sendo o

sentido de pertencimento, uma categoria central e que suscitou em mim, ao ingressar no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR, setor litoral (PPGDTS, 2025), a necessidade em dialogar com o conceito de territorialidade, peça-chave ao alinhamento de ideias as quais discorrerei em breve.

A Coleção Vidas Praianas busca se orientar em direção aos protagonismos de vida no âmbito de micro contextos (bairros, vilas, ruas, comércios etc.) entendidos aqui como essenciais na consolidação de um sentido de pertencimento.

Numa cidade litorânea com as características de Matinhos-PR, constantemente impactada pela sazonalidade demográfica e pela alta rotatividade e envelhecimento de moradores fixos, a Coleção Vidas Praianas, dentre tantas atribuições interdisciplinares que podem dela derivar, torna possível o desenvolvimento de uma linha de raciocínio que traz à baila uma possível interface entre os conceitos de consciência histórica e de reterritorialização, conforme poderá ser identificado na sequência deste trabalho.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico que apresentarei a seguir resulta do imbricamento teórico-interdisciplinar (consulta e análise bibliográfica) entre autores de áreas distintas, somados àqueles que considero estruturantes dentro da ementa do PPGDTS-UFPR. Uma vez investido por essas lentes e revestido por algumas dúvidas, procurarei refletir sobre a Coleção Vidas Praianas por um viés alternativo, o que pretensamente defino como *ensaio-manifesto*.

A coleção em questão surge sob a égide da resistência, a partir do entendimento de que a sua realização se circunscreve num tipo de consciência histórica que surge num campo de disputas em prol de justiça social e da valorização local. Em outras palavras, concebe à memória e aos relatos biográficos, uma forma de fortalecimento do sentimento de pertencimento contra o apagamento histórico e cultural que cidades com as características de Matinhos-PR estão sujeitas. O que isso tem a ver com territorialidade? É o que tentarei expor na próxima seção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forte teor polissêmico, a memória (assim como o conceito de território) dá margem para diversas interpretações. Estou de acordo com a noção de que o “[...] estudo da memória deve inserir-se numa tentativa de compreender o lugar onde o sujeito é produzido, pois lembrar é refazer, reconstruir, repensar, com ideias e imagens de hoje, as experiências do passado” (Gusmão, 2004, p. 31).

Importante estar atento a apropriação da memória numa abordagem historiográfica, pois, quando recorremos a esse subterfúgio sem um aparato metodológico a nos orientar, tendemos a

[...] enquadrar os fatos lembrados numa moldura dourada, ou a eliminar deles traços desagradáveis, ou, ainda, a retirar-lhes o peso da experiência do absurdo temporal. Essa propensão rudimentar a melhorar o passado, característica da memória, torna-se, todavia, inválida quando o pensamento histórico obedece às diretrizes do controle metódico da experiência (Rüsen, 2011, p. 279).

Eis o motivo pelo qual, muitos historiadores tendem a considerar um terreno movediço, apoiar-se na memória como um elemento desencadeador de passados históricos. Aqui ela será vista como *fator para mobilização de uma coletividade*, germinal para consolidação de uma consciência histórica essencial à lacuna que pretendo abrir neste ensaio. Fato é que ressignifiquei a relevância da memória quando tive acesso, recentemente, aos estudos daqueles que se debruçam sobre o conceito de território. De acordo com Raffestin:

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143)

Ao acessar esse conhecimento e perceber como se desencadeiam as territorializações, e de como se distinguem *território* de *espaço*, fui apresentado (pelo mesmo autor) ao conceito de territorialidade. Para ele,

“[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de

um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (Raffestin, 1993, p. 158).

Embora eu tenha deixado em aberto a problemática preambular (é a memória que produz reterritorialização ou vice-versa?) parece-me, sem querer antecipar veredictos, que quando Raffestin afirma que os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial, já temos aqui um respaldo de peso para desconstruir e/ou encerrar esse dilema. Mesmo assim, não perca de vista a proposta original e se não estiver convencido ou convencida ainda, deixe-a para (des) concluir no final.

Apontando a minha atenção ainda aos geógrafos e ao conceito de território, selei acordo com a perspectiva de Saquet (2013, p. 24). Para ele o

[...] território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. (p. 24).

A ampla abrangência deste e de outros conceitos geográficos, permitiu-me iniciar um flerte, não apenas entre memória e território, mas com formulações sobre consciência histórica e territorialidade que, de forma direta, derivam ou são retroalimentados pelos dois primeiros respectivamente.

A consciência histórica é aquela que se define como um extrato das “[...] operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rüsen, 2001, p.57).

Para Schimdt e Braga Garcia (2005, p. 301) a consciência histórica tem “[...] uma ‘função prática’ de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica”. Em seus estudos voltados à Educação Histórica, essas autoras propõem o conceito de consciência histórica crítico-genética, notadamente inspiradas em Jorn Rüsen e Paulo Freire⁴. Para elas, o aspecto crítico ocorre

⁴ Esta perspectiva crítico-genética se aproxima do que o educador brasileiro Paulo Freire define como a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. Para o autor, esse processo não implica que o educador e o educando, em determinado estágio de aprendizado, entendam todo o significado das palavras

quando os sujeitos são instigados a compararem situações históricas a partir de referências temporais individuais e coletivas, neste caso, inquirindo professores e alunos. A palavra *genética* completa o seu significado porque os sujeitos se apropriam “[...] das informações, recriando-as na dimensão das diferenças das mudanças e das permanências” (p. 303). Ou seja, refere-se a uma “(re)leitura de mundo” capaz de compreender as dinâmicas sociais, bem como as constantes mudanças sofridas nos territórios num fluxo temporal que não se cumpre apenas no passado.

Uma vez acessada e cotejada entre sujeitos, entendo que a memória, enquanto um elemento de compreensão do que permanece e do que se altera no presente, abre um caminho para a efetivação de um sentido de pertencimento, pois, trata-se de vivências compartilhadas, exatamente como é apresentado em cada volume da Coleção Vidas Praianas. Assunção de três polos de inquirição, incluindo gerações distintas, serve justamente para essa finalidade.

O ato de lembrar, quando acolhido por um determinado segmento social, grupo ou comunidade, é capaz de transformar a memória em matéria-prima do passado histórico e, portanto, factível e legítimo como um referencial de análise do território, o que me traz novamente ao encontro do conceito de territorialidade, agora apresentado por Saquet (2009, p. 88), como um fenômeno

[...] social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Entendo que a formação de uma consciência histórica crítico-genética está intimidade ligada a esse conceito de territorialidade. Uma operação que não se volta apenas para iniciativas individualizadas, tampouco trata a passagem do tempo linearmente, pois, é necessário idas e vindas (continuidade e descontinuidade) para consolidar um inventário memorial apto a propiciar, à coletividade, um sentimento de pertencimento.

e conceitos, mas que tenham possibilidades de explicitar mudanças em sua compreensão do mundo. (Shimidt e Garcia Braga, 2005, p. 303)

Tendo a aceitar que o esforço necessário para a construção de uma consciência histórica crítico-genética, faz da memória e do território elementos indissociáveis e fundantes desta forma de se (re)orientar no mundo. Ou seja, ao se lançar luz aos próprios municípios e tornar públicas as suas vozes, a Coleção Vidas Praianas, em hipótese, pode criar uma via de retorno ao território.

É justamente neste leque dialógico que estou circunscrito no momento. Sou autor, habitante e pesquisador de um lugar que concebo como lar e ao mesmo tempo, objeto de estudo. Não poderia renegar essa tríade privilegiada, com a possibilidade de trazer à academia múltiplos olhares, ocupados em entender crítica e afetivamente as dinâmicas do passado-presente-futuro da minha cidade. Essa perspectiva, coloca-me num *superavit de intencionalidade*, algo que nas palavras de Rüsen (2001, p. 58)

[...] se manifesta sempre de modo todo especial quando os homens têm que de dar conta das mudanças temporais de si e do mundo mediante seu agir e sofrer. Nesse momento tais mudanças tornam-se conscientes como experiências perante as quais o homem tem de formular intenções para poder agir nelas e por causa delas.

Partindo desse entendimento, busco por uma produção historiográfica que seja capaz de identificar modos de pertencimento ao delimitar como parâmetro de territorialidade a memória enquanto uma espécie de *investidura de protagonismo do sujeito*. Em outras palavras:

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria identidade (Cunha, 1997, p. 02).

As memórias de habitantes de Matinhos-PR podem contribuir na consolidação de um mosaico de vivências inerentes ao seu próprio território. Inventariá-las pode ser a base que tornará identificável o sentimento de pertencimento o qual me apego. Assim sendo:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas (Khoury, 2001, p. 80).

A defesa que me cabe neste movimento de ideias é o de justamente não se distanciar dos sujeitos, pois, “[...] é preciso preservar a memória física e espacial, como

também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (Thompson, 1992, p. 17).

Trocando em miúdos, o contexto local (seja qual for a época ou o contingente social) viabiliza a uma determinada coletividade o compartilhamento de memórias em comum, reservando-as, mesmo num ambiente tão desterritorializado, o direito de continuar a produzir novas e/ou reproduzir velhas memórias (tudo ao mesmo tempo agora) enquanto se retorna ao território.

4 CONCLUSÃO

Mais do que uma conclusão, apresento um manifesto. Faz-se importante sinalizar que estou muito mais ocupado, neste momento, em dialogar nestas considerações finais provisórias, com matinhenses (nascidos ou assumidos) do que com habitantes de outros lugares. Caso vossa senhoria esteja enquadrada no quadro do desterro, não se acanhe. Sinta-se à vontade, pode entrar e ler também (até dar pitacos) mas, não vista a carapuça.

Das poucas convicções acadêmicas que tenho, persiste em mim a ideia de que nenhuma discussão, pesquisa ou embate teórico, encerra-se numa conclusão. Sempre haverá convergências e divergências de pontos de vistas; autores que são estruturantes para uns, são repudiados por outros; há correntes conservadoras, outras que buscam ruptura com tradições etc.

É do jogo. Um jogo que não acaba em pizza.

Fato é que encaro as conclusões respaldando-me pela provisoriedade. Entendo que faz parte da liturgia do professor/pesquisador lançar ao vento mais dúvidas do que certezas, abrir mais lacunas do que preenche-las, ou seja, fomentar o diálogo, a contradição e o devido respeito inerente ao academicismo – a produção crítica e embasada do conhecimento científico.

Não me restam dúvidas, portanto, sobre o risco que estou a correr ao “cutucar a onça com vara curta” neste ensaio sem sair ileso.

Assumi por vezes um tom provocativo, reconheço. Arrisco-me a cair na vala do senso comum com tantos apontamentos de ordem meramente empírica. No entanto, o que me investe de força é estar em busca de um diapasão capaz de afinar vivências cotidianas com vivências acadêmicas.

Se é que posso definir a territorialidade, grosso modo, com um traço identitário pautado pelo que o território apresenta material e simbolicamente falando, tenho sido um sujeito (habitante, autor e pesquisador) ocupado em lançar um olhar à Matinhos-PR, antes mesmo da criação do Setor Litoral da UFPR. Algum valor a de haver nisso.

Enquanto habitante ancestral, estou aberto ao mundo e não me apego a provincianismos. Respalhado por uma tríade existencial, detenho um privilégio que poucos em nossa instituição de ensino detêm: estou a transitar pelo meio acadêmico e pela cidade, sem o risco de me perder caso me indiquem como ponto de referência o Sítio do Pica Pau ou o Campo do Jordão. Você acharia esses lugares em nosso mapa?

Eu sou daqui e dali, das ruas e dos corredores, com um certo requinte híbrido de pós-modernidade.

Esse ensaio é, acima de tudo, uma reivindicação. Querem discutir a minha cidade? Pois bem, então me chamem. Terei algo a dizer, poucos a conheceram como eu conheci; poucos a observaram, mesmo à margem do universo acadêmico, como eu a observei nos últimos trinta anos. Tempos de juventude, de labuta como educador ambiental, como músico ocupado em processos de transposição didática e professor da Educação Básica; poucos tiveram a iniciativa própria de contar a história local por meio de memórias vivas e, menos pessoas ainda, tiveram a oportunidade que estou tendo agora de cursar o doutorado na minha própria cidade, a fim de encontrar uma chancela científica a esse meu olhar.

Essas credenciais me fortalecem e estou absolutamente aberto a ouvir, mas não abrirei mão de ser ouvido.

Meu avô Alexandre Leocádio Santana (1907-1993) enquanto pescador, plantador de aipim e guarda-vidas civil, teve em vida três horizontes: o oceano Atlântico, a Mata Atlântica e no fim da sua vida, um muro. Um fim absolutamente melancólico, sem nascer ou pôr do Sol, sem quintal ou pé de Ingá, numa casinha desprovida de jardim ou qualquer outro espaço para além dos cômodos da própria habitação. Pouco restou das suas memórias contadas em primeira pessoa e infelizmente, ele é um exemplo, assim como a minha avó Etelvina Ramos Santana, dentre dezenas de matinhenses, que no máximo viraram o nome de algum equipamento público usufruído por alguém que não faz a mínima ideia de quem tenha sido aquela pessoa homenageada.

Memória e território foram as palavras-chave principais deste breve ensaio, devido ao caráter multifacetado que ambas carregam e que se aproximam quando lancei mão de conceitos tais como *consciência histórica* e *reterritorialização*. Colocar-me em

primeira pessoa e de forma tão acintosa como agora, é fazer valer o caráter-manifesto que a pouco illustrei.

Entendo que deveria, mas não abordei o conceito de “cultura”, daria muito pano pra manga. Neste tocante, ao menos, faz-se necessário abrir um parêntese. Estar atento à complexidade do termo, pois,

[. . .] ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e do trabalho [...] (Thompson, 1998, p. 22).

Ou seja, há que se ter o devido cuidado ao propor uma discussão a esse respeito, quais autores e qual linha epistemológica seguir. Penso que se tivesse abordado esse termo com sincera profundidade, desvirtuaria da orientação conceitual por mim abordada, embora reconheça que, nesse samburá, a palavra “cultura” cairia como uma tainha recém tarrafeada. Apenas optei em não relativizar sobre, mas constato que noutro momento mexerei neste vespeiro.

Nessa reta final, cabe-me algumas indagações: até que ponto as alterações constantes no território tornam possível, de fato, a consolidação de uma territorialidade, uma vez que pouca coisa (desde sempre) é permanente em Matinhos-PR? Um território em constante desterritorialização possui uma territorialidade? Com o que nos contrastamos a ponto de se tornar distinta a nossa identidade (se é que temos uma)? O que se produz sobre a memória em lugares como Matinhos-PR, seria capaz mesmo de promover processos de reterritorialização?

A dinâmica da realidade cotidiana estabelece uma constante alteração no meio enquanto base material e simbólica, tal afirmação é voto pacífico. O que pode variar, suponho, é a velocidade dessas mudanças. As gerações mais antigas de matinhenses que estão na cidade desde o nascimento parecem estar cada vez mais à margem da sociedade local. Ouso atribuir legitimidade a esse argumento, mesmo sem trazer dados estatísticos ou qualquer outro tipo de pesquisa relacionada, no entanto, poderia apontar algumas dezenas de matinhenses da gema que pouca gente, dentro da nossa universidade, tem ideia de quem sejam ou de quem foram. Esses matinhenses aos quais me refiro, nascidos, criados e crescidos nesta cidade, realmente pertencem a esse lugar?

Pessoas assim podem ser o seu vizinho ou a sua vizinha!

É uma questão de afetividade e senso crítico, de quem percebe que boa parte da memória dos seus ancestrais já se perdeu e os remanescentes permanecem como memórias escombros, prestes a serem soterradas em seus respectivos funerais. A cidade deforma a sua forma, não se desenvolve de fato, atrai mais pessoas que irão somar ou subtrair outros valores, de modo a gerar novos costumes e pertencimentos. Mas que fazer com a contribuição de matinhenses que estão envelhecendo numa cidade que se renova sem acolhê-los? Simplesmente aceitar que o mundo globalizado é um rolo compressor não me convence. A Coleção Vidas Praianas, portanto, é um posicionamento político, social, histórico e afetivo, longe de ser algo neutro. Não se trata da memória pela memória, mas de uma luta contra o apagamento delas, ou melhor dizendo, da anulação de habitantes que vivem à margem do ritmo das mudanças locais em tempo presente.

De todas as lacunas que pretensamente pretendi abrir neste ensaio, creio que algumas possam ser respondidas facilmente, inclusive aquela que pedi para ficar em sua mente enquanto lia esse ensaio-manifesto. Mas tem uma que realmente se faz mister investigar pormenorizadamente: identidade e pertencimento são, de fato, farinha do mesmo saco?

A ver...

REFERÊNCIAS

BURKE, P. **O que é história cultural**. Tradução de Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

CUNHA, M. I da. **Conta-me agora!** As narrativas coo alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. São Paulo, v. 23, n. 1-2, p., jan. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29/07/24.

ESTADES, N. P. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social** (Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 8, p. 25-41, jul/dez. 2003. Editora UFPR).

KHOURY, Y. A. **Narrativas orais na investigação da História Social**. in I Encontro Procad. São Paulo: PUC-SP, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história - os fundamentos da ciência histórica**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: UFPR, 2015.

_____. **Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em História, In História, verdade e tempo**. Marlon Salomon (org.). Chapecó: Editora Argos, 2011

SANTO JR, C. E.; e SILVEIRA. M. A. T, da. **Atlas Geográfico do Paraná** <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/11274.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 a ed. São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTANA NETO, A.L. **Jamil: a lenda do Pico de Matinhos**. Coleção Vidas Praianas, volume I. Edição do autor, Matinhos-PR, 2023.

SANTANA NETO, A.L. **Professor Manoel**: lições além da escola. Coleção Vidas Praianas, volume II. Edição do autor, Matinhos-PR, 2023.

SANTANA NETO, A.L. **Anos 90**: memórias vivas de uma cena musical quase esquecida. Coleção Vidas Praianas, volume III. Edição do autor, Matinhos-PR, 2024.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Abordagens e conceitos de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. In: Rev. Bras. Est. Urbanos. São Paulo, V. 20, n. 3, p.479-505, SET.-DEZ. 2018 (Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01/04/2025).

THOMPSON, E.P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. UFG. Revista da Teoria História, vol. 20, n. 2, 2018. (Disponível em <https://revistas.ufg.br/teoria/issue/view/2053>, Acesso em 20/07/24.